



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA**

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56

Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: [pmserracaiada@gmail.com](mailto:pmserracaiada@gmail.com)

<b>P M S C</b>
FLs. <u>34</u>
Ass. <u>[assinatura]</u>
Mat. <u>[assinatura]</u>

## PARECER JURÍDICO

**Procedimento Administrativo nº:** 824.004/2020

**Interessado:**Fundo Municipal deSaúde

**Modalidade:**Dispensa de Licitação

**Assunto:** Aquisição de peças para a6ª Revisão Programada de 60.000 km, conforme termo de garantia do veículo MMC/L200 Triton SPT GLX de placa QGO-3637

**EMENTA:** Constitucional. Administrativo. Licitação. Prazo de Garantia. Dispensa de Licitação. Art. 24, X, da Lei 8.666/1993. Possibilidade.

### I - RELATÓRIO

Vem ao exame desta Procuradoria Jurídica o presente processo administrativo, que trata de contratação do fornecedor **BUDA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA**avisando às necessidades do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme o constante na Solicitação de Despesa anexada aos autos.

A partir da leitura dos autos, observa-se a existência de Solicitação de Despesa para execução do objeto deste processo administrativo, por meio de dispensa de licitação, com fulcro no artigo 24, inciso XVII, da Lei 8.666/93. Ato contínuo, foi realizada pesquisa mercadológica e anexado termo de garantia do veículo no qual serão executados os serviços de revisão.

Consta nos autos, ainda, despacho do setor competente, o qual informa que existe a previsão de despesa na programação orçamentária, assim como autorização para contratação.

Diante deste cenário, passa-se a analisar a legalidade da solicitação da despesa em liça.

### II – ANÁLISE JURÍDICA

Estabelece o artigo 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA**

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56

Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: [pmserracaiada@gmail.com](mailto:pmserracaiada@gmail.com)

<b>PMSC</b>	
FLs.	35
Ass.	
Mat.	1131

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 24, da Lei nº. 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa, especificando em seu inciso XVII que é dispensável a licitação:

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*Omissis.*

*XVII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;*

*Omissis.*

*(Grifos acrescidos).*

No caso em apreço, constata-se que para estarem caracterizadas as condições para contratar sem licitação é necessário que: **o bem esteja no prazo de garantia, deve ser o fornecedor original e, por fim, esta condição de exclusividade para venda dos bens é indispensável para a vigência da garantia.**

Ao se compulsar os autos, **observa-se que foi coligido ao processo o Termo de Garantia (12 até 16)**, assim como a pesquisa mercadológica foi realizada com fornecedores autorizados da marca MITSUBISHI MOTORS.

Digno de nota que, como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, posto que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública. Essa é a compreensão que se obtém do art. 26, da Lei 8.666/1993:

*Art. 26.*

*Omissis.*

*Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos: (...)*

*Omissis.*

*III - justificativa do preço.*

*(Grifos acrescidos).*



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA CAIADA**

Rua Nossa Senhora da Conceição, 276, Centro - CNPJ: 08.078.412/0001-56  
Tel: (84) 3293-0038 - E-mail: [pmserracaiada@gmail.com](mailto:pmserracaiada@gmail.com)

<b>P M S C</b>	
FLs.	36
Ass.	
Mat.	1194

Na hipótese dos autos, a Autoridade competente apresentou justificava para a realização de pesquisa mercadológica com apenas com 2 (dois) fornecedores, conforme orientação contida no §6º, do art. 2º, da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG/SLTI)<sup>1</sup>. **De acordo com o setor competente, somente existem duas empresas que são autorizadas pela fabricante do veículo a executar a aquisição de peças e serviços de revisão durante o período do garantia no Estado do RN.**

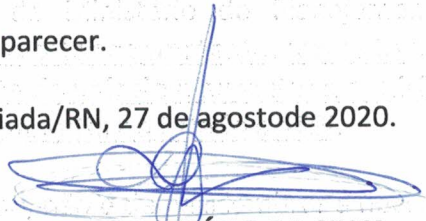
Por último, não é demais lembrar a necessidade de comunicação da dispensa à autoridade superior no prazo de 03 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos, salvo nos caso de dispensa do art.24, inciso I e II.

### **III – DA CONCLUSÃO**

Por tudo que foi exposto, uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, opina-se pela legalidade do procedimento de contratação direta proposto nos autos do processo nº 824.004/2020.

Esse é o parecer.

Serra Caiada/RN, 27 de agosto de 2020.

  
**EDNALDO PATRÍCIO DA SILVA**  
Procurador Municipal  
OAB/RN 8.589

<sup>1</sup> Art. 2º - *Omissis*. §6º Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores.